

[Download PDF](#)



Agência iNFRA
iNFRAEnergia

Brasília, 09 de abril de 2025

edição 1.768

Bom dia!

Nesta edição do iNFRAEnergia: [Leilão de Reserva de Capacidade](#) | [CPFL Paulista](#) | [Diário Oficial](#) | [Agenda](#) | [Monitor](#) | [Fique de Olho](#) | [Clipping](#)

LRCAP: MINISTRO DIZ QUE NOVA CONSULTA PÚBLICA SAI IMEDIATAMENTE E QUE ESPERA LEILÃO AINDA EM 2025

Geraldo Campos Jr., da Agência iNFRA

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse nesta terça-feira (8) que a portaria para abertura de nova consulta pública sobre o LRCAP (Leilão de Reserva de Capacidade) de 2025 sairá imediatamente. Ele disse esperar que o certame ocorra ainda em 2025 para que haja garantia de segurança energética entre 2026 e 2030.

"imediatamente. Dei essa determinação porque é uma questão de segurança energética", afirmou. O ministro disse que a consulta pública será mais curta, com 15 dias para contribuições, visando a realizar o leilão o mais breve possível. No entanto, questionado se o certame ainda ocorreria em 2025, ele disse não ser possível cravar.

"Espero que a gente realize neste ano. Mas afirmar isso não depende só da gente. Esperamos que sanados os problemas judicializados, possamos levar aos órgãos de controle e caminhar para conclusão do leilão", afirmou em entrevista a jornalistas após participar do evento Gas Week, em Brasília.

Sobre o cancelamento do leilão para reiniciar o processo do zero, Silveira disse considerar a decisão correta para tirar as dúvidas que surgiram nos agentes do setor. "Infelizmente, na área regulatória, os interesses são muito controversos. Houve uma grande judicialização do LRCAP e isso poderia impedir a melhor política de segurança energética para o país. Resolvemos tecnicamente sanar essa dúvida do mercado, que acho o correto."

Mais abertura

Gustavo Henrique Ferreira, subsecretário de Acompanhamento Econômico e Regulação do Ministério da Fazenda, afirmou durante o evento que, embora o cancelamento acabe frustrando expectativas, "veio por boa razão, para aprimorar regras". Com isso, ele defende maior abertura para competição no certame.

"A necessidade de voltar para a prancheta traz essa possibilidade pra gente. A gente precisa desse produto que permite equilibrar o sistema, e a melhor forma para fazer isso é contratar ao menor custo possível. Então tem que ser uma contratação o mais aberta possível. Se não isso gera distorções, reclamações e judicializações. Nossa visão com a reformulação do leilão é essa, que ele seja o mais aberto possível, permitindo que todas as tecnologias participem", disse.

"Perda de tempo"

Já o diretor da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) Daniel Maia afirmou que os técnicos da reguladora acabaram perdendo tempo para analisar os 250 projetos para habilitação no leilão. Segundo ele, a equipe ficou totalmente dedicada para fazer as avaliações sobre o fornecimento de gás dos empreendimentos "sem poder dar contribuições mais profundas" e ainda "para um leilão que não aconteceu".

Críticas à ANP

O ministro Silveira fez duras críticas à agência do setor de óleo e gás no evento. Em discurso, ele cobrou agilidade na regulamentação da Lei do Gás e do decreto do Gás para Empregar, e disse que a reguladora, ao não cumprir esse papel, não cumpre a lei e inviabiliza o trabalho do ministério.

Ele também cobrou que a agência imponha "preços justos" para o escoamento e processamento do gás, levando em consideração o custo da infraestrutura já amortizada e depreciada. O ministro chamou de "estranhadora a estrutura de multas contratuais" que a ANP quer impor à PPSA (Pré-Sal Petróleo S.A.) para que a estatal possa vender gás natural na costa.

"Precisamos que a ANP faça a sua parte e retire os privilégios daqueles poucos que hoje se beneficiam do atual modelo", disse o ministro, que também afirmou que as privatizações das transportadoras de gás foram feitas sem a regulação adequada e criaram oligopólios no setor.

Diretores

Silveira comentou ainda que almeja ter na diretoria da ANP servidores de carreira e abnegados. "Queira Deus que um dia tenhamos nas nossas agências reguladoras pessoas e servidores abnegados, como a Tabita e o Pietro ."

Pietro Mendes, aliás, foi indicado pelo governo para uma vaga na diretoria da agência. No entanto, a manutenção da indicação parece incerta diante da resistência de senadores, segundo fontes, e há quem aposte que haverá uma alteração.

DEBATE SOBRE CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL ADIA REAJUSTE DA CPFL PAULISTA

Marisa Wanzeller, da Agência iNFRA

A diretoria da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) não chegou a uma conclusão para o RTA (Reajuste Tarifário Anual) da CPFL Paulista, cujas tarifas vigentes venceram nesta terça-feira (8). Uma discordância entre os diretores quanto ao cumprimento de uma decisão judicial por meio de um diferimento tarifário da ordem de R\$ 4,6 bilhões levou a um pedido de vista do diretor Fernando Mosna.

A relatora, diretora Agnes Costa, votou no sentido de acatar proposta da distribuidora para parcelamento do montante com amortização de R\$ 1,3 bilhão nos processos tarifários da companhia ao longo de cinco anos. Assim, o reajuste médio proposto em nota técnica antes da determinação jurídica, que levaria a uma redução de 3,83% nas tarifas vigentes, passaria para um aumento de 4,56%.

Mosna apresentou questão de ordem argumentando que a decisão judicial não definiu um valor para a sentença. No entendimento do diretor, sem a liquidação do caso pela Justiça, com a definição do montante da obrigação, dar andamento à proposta apresentada pela CPFL seria como firmar um acordo entre as partes, e não um cumprimento de uma decisão judicial. Assim, segundo ele, o processo deveria seguir ao normativo específico da ANEEL para acordos.

A questão de ordem foi indeferida pelo diretor-geral, Sandoval Feitosa, levando ao pedido de vista. Sem aprovação do reajuste, as tarifas vigentes são prorrogadas até que se tenham novos valores.

Cálculo

Os argumentos de Mosna foram endossados pelo diretor Ricardo Tili, que ainda questionou os parâmetros utilizados para o cálculo do montante, que, segundo ele, não são os previstos em contratos de energia elétrica.

Conforme explicação do procurador-geral junto à ANEEL, Eduardo Ramalho, o cálculo foi realizado pela AGU (Advocacia-Geral da União) com base nos parâmetros fornecidos pelo TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), que seguem o Manual de Cálculos da Justiça Federal. Assim, chegou-se a um valor histórico de R\$ 924 milhões, atualizado em R\$ 4,6 bilhões.

“Na Justiça, segundo cálculos preliminares, se fosse aplicado o pedido que foi feito pela CPFL nos

autos, esse valor poderia superar a casa dos R\$ 9 bilhões. Portanto, o valor que foi orientado representa mais ou menos a metade disso", destacou Ramalho. Ainda segundo a procuradoria, ao apresentar pedido de cumprimento de sentença no processo judicial, a distribuidora requereu que a ANEEL informasse o valor que lhe fosse devido.

O diretor Tili entende, no entanto, que o cálculo foi efetuado com a premissa errada, uma vez que não se trata de uma dívida da Fazenda Pública, e que conforme os critérios da agência os cálculos de energia são feitos pelo CVA (Custo Variável de Energia).

O procurador Eduardo Ramalho destacou que, caso fossem aplicados os parâmetros dos Proret (Procedimentos de Regulação Tarifária), o cumprimento da decisão seria mais oneroso aos consumidores.

Decisão judicial

A decisão judicial tornou sem efeito ato administrativo da agência que determinava um limite de repasse do preço da energia adquirida no âmbito do Contrato de Compra e Venda de Energia celebrado entre CPFL Brasil e CPFL Paulista. Assim, a diferença entre o valor celebrado e o limite imposto pela ANEEL anteriormente deve ser repassada à distribuidora por meio de processo tarifário.

Eduardo Ramalho ainda destacou durante a reunião pública de diretoria desta terça-feira que a reguladora está em mora, uma vez que o processo já encontra-se em trânsito em julgado.



PDE 2034 - do Ministério de Minas e Energia aprova o PDE (Plano Decenal de Expansão de Energia) 2034.

Licença ambiental - A Eletrobras CGT Eletrosul que recebeu, do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) a licença de operação para licenciamento ambiental corretivo do Sistema Interligado - Subgrupo Tuiuiú, no Mato Grosso do Sul. A licença é válida até 10 de março de 2030.



Lula - O presidente da República participa da sessão de abertura da nona reunião de cúpula de chefes de estado da Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), no Banco Central de Honduras, às 10h. Depois, participa de almoço oferecido pelo presidente de Honduras aos chefes de Estado e chefes de delegação, às 13h.

Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (9) até o fechamento desta edição.

Fernando Haddad - O ministro da Fazenda reúne-se, às 9h, com o comissário para a Ação do Clima da União Europeia, Wopke Hoekstra. Às 10h, reúne-se com o presidente do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal), Flávio César de Oliveira. Depois, reúne-se com os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Luiz Marinho (Trabalho e Emprego) e com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, às 11h. Às 16h, tem reunião com o ministro Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária).

Senado - O Senado Federal realiza, às 14h, sessão deliberativa. Na [pauta](#), consta para deliberação o [PL 4.872/2024](#), que aumenta a pena para o crime de furto de cabos de energia; e o [PL 5.066/2020](#), que trata de incentivos à pesquisa na exploração de petróleo.

CCJ - A CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), do Senado, realiza reunião deliberativa, às 9h. Na [pauta](#), está o [PLP \(Projeto de Lei Complementar\) 164/2022](#), para criar normas de identificação e controle dos devedores contumazes.

Cmads - A Cmads (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), da Câmara, realiza [reunião deliberativa](#), às 10h, na qual pode ser votado [requerimento](#) de realização de seminário sobre a instalação da Usina Termelétrica de Brasília e seus impactos socioambientais no Distrito Federal.

Defesa do Consumidor - A [CDC \(Comissão de Defesa do Consumidor\)](#), da Câmara, pode votar, às 11h, [requerimento](#) de audiência pública para discutir o cumprimento da lei que instituiu o marco da geração distribuída; e [requerimento](#) de audiência pública para discutir a situação do serviço prestado pela Amazonas Energia no estado do Amazonas.

Defesa do Consumidor II - A CDC traz na pauta também o [PL 560/2021](#), que estabelece limite para cobertura tarifária de perdas não técnicas na distribuição de energia elétrica; o [PL 4.366/2021](#), que determina que a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) explique as variações no valor das tarifas de energia elétrica; e o [PL 4.371/2023](#), que obriga que os vencimentos dos débitos nos serviços públicos concessionados fiquem entre a primeira e a segunda quinzena do mês.

TCU - O TCU (Tribunal de Contas da União) realiza sessão plenária, às 14h30. Não há destaques para o setor na [pauta](#).

Live Open Energy - A Abraceel (Associação Brasileira de Comercializadores de Energia) e o BIP Brasil realizam, às 10h, a Live Open Energy – Abertura dos dados em benefício do consumidor de energia elétrica. Entre os participantes, estão o diretor da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) Ricardo Tili; e o gerente-executivo de Regulação, Informações ao Mercado e Capacitação da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), Cesar Pereira. Acompanhe a transmissão [neste link](#).



TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Câmara dos Deputados

- **Dispõe sobre o direito de crédito do ICMS, relativo aos combustíveis, nas hipóteses de subcontratação de serviços de transporte com transportadores autônomos de cargas:** O deputado Zé Trovão (PL-SC) foi designado relator da proposta na CVT (Comissão de Viação e Transportes).

- **Permite o funcionamento de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento de combustíveis:** O deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) foi designado relator da proposta na Ctrab (Comissão de Trabalho).

Senado Federal

- **Aumenta a pena para furto de cabos de energia:** O senador Marcelo Castro (MDB-PI) foi designado relator de plenário da proposta.

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Câmara dos Deputados

- **Aumenta a pena dos crimes de furto, roubo e receptação de componente de infraestrutura das redes de energia.**



FIQUE DE OLHO

Contas Covid e Escassez Hídrica - A diretoria colegiada da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou, nesta terça-feira (8), regulamentação para quitar as contas Covid e Escassez Hídrica. O [voto](#) do relator, diretor Fernando Mosna, foi aprovado por unanimidade e determina que as áreas técnicas da agência deem transparência ao processo, uma vez que houve impactos positivos e negativos nas tarifas a depender da distribuidora.

Potência de geração - A matriz elétrica foi ampliada a 1,7 GW no primeiro trimestre de 2025, segundo levantamento da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). No período, foram liberadas novas usinas em 11 estados nas cinco regiões do país. Já a capacidade total de usinas centralizadas somou, em 1º de abril, 209,9 GW. Do total em operação, 85,04% das usinas são consideradas renováveis. Mais informações [neste link](#).

Assembleia Geral do ONS - O ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) realizará Assembleia Geral Ordinária no próximo dia 24 de abril, a partir das 10h. O edital de convocação, com os temas a serem deliberados, pode ser lido [neste link](#).

Leilão dos Sistemas Isolados - A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) publicou o informe de cadastramento dos projetos para participação no Leilão dos Sistemas Isolados de 2025, previsto para setembro. No total, foram cadastrados 241 projetos, dentre eles centrais híbridas com participação das tecnologias termelétrica, fotovoltaica e sistemas de armazenamento. A capacidade instalada total supera os 1.870 MW (megawatts). Mais detalhes [neste link](#).

Participação de térmicas na matriz - O TCU (Tribunal de Contas da União) concluiu auditoria que analisou a participação das termelétricas na matriz nacional. A corte de contas chegou à conclusão de que a expansão de geração em quatro cenários diferentes, com priorização de fontes, geraria mais custos que a combinação entre fontes hidrelétricas, renováveis intermitentes e térmicas. Mais informações estão disponíveis [neste link](#).

Reajuste Energisa MS - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou, em reunião de diretoria, nesta terça-feira (8), o reajuste tarifário da Energisa Mato Grosso do Sul. Os índices aprovados foram, em média, de 0,69% para a baixa tensão e 3,09% para a alta tensão. O efeito médio para o consumidor é de 1,33%. As novas tarifas entraram em vigor já a partir desta terça-feira.

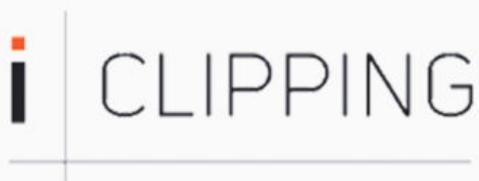
Inclusão energética - A EDP abriu inscrições até 5 de maio para a sétima edição do Fundo de Acesso à Energia (A2E), de apoio a projetos de inclusão energética. A companhia vai disponibilizar

R\$ 6 milhões no financiamento dos projetos, que, pela primeira vez, inclui uma região fora da África para participar do programa. Regulamento e inscrições [neste link](#).

Emissão de debêntures - A CEEE-D (Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica) comunicou, nesta terça-feira (8), o início da distribuição pública de 700 mil debêntures simples da oitava emissão. Leia o documento na íntegra [neste link](#).

Combustível de aviação - A ASTM International, que elabora as regras internacionais dos combustíveis de aviação (SAF), promove, até esta quinta-feira (10), rodada de reuniões técnicas nesta semana, em Bruxelas (Bélgica), acerca do SAF. Com participação do MME (Ministério de Minas e Energia), os encontros tratam dos requisitos para aprovação de novas rotas de produção de combustíveis de aviação.

Relatório Anual ANP - A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) publicou, nesta terça-feira (8), o Relatório Anual de Tecnologia e Meio Ambiente 2024. A publicação consolida os principais resultados das empresas de petróleo e gás natural quanto aos investimentos obrigatórios em PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) Acesse a íntegra do relatório [neste link](#).



Companhia move uma ação contra a agência desde 2004 pedindo afastamento da aplicação de notas técnicas emitidas em 2003 relativas ao contrato de compra e venda de energia assinado entre CPFL Brasil e CPFL Paulista. (Valor,)

Federação diz que acordo 'estimula invasões' e que produtores rurais ficam 'sem livre consentimento' para alienar propriedades. (Folha de S. Paulo)

Os recursos serão aplicados seguindo as determinações do Programa Fundo Clima. (Estadão)

Agência Nacional de Energia Elétrica destaca a adição de termelétricas e eólicas; capacidade total cresceu 0,83% e chega a 209,9 GW. (Poder 360)

Aumento de 4% na demanda global em 2024 impulsionou avanços das fontes eólica, hidráulica e solar. (Poder 360)

Com recuo do petróleo, analistas de mercado calculam que os preços da estatal estão acima da paridade de importação. (Valor,)

Ministro acrescentou que a medida adotada pelo presidente americano Donald Trump tem criado instabilidade no mundo inteiro e vai deixar consequências. (Valor)

Ministro de Minas e Energia afirma que a Guiana teve sucesso em extrair um óleo menos poluente na região. (Poder 360)

Falta de regras claras, altos custos e reinjeção na produção offshore travam o desenvolvimento do setor no país, disse o ministro de Minas e Energia. (Poder 360)

Petroleira planeja desmontar 50 plataformas pelos próximos anos, mas tem estudado maneiras de reaproveitar estruturas que eventualmente seriam desmanteladas no futuro. (Valor)

Em 2024, a Petrobras registrou dívida financeira de US\$ 23,2 bilhões, o menor nível desde 2008. A dívida bruta ficou em US\$ 60,3 bilhões, enquanto a dívida líquida foi de US\$ 52,2 bilhões. (Valor)

Audiência pública foi realizada nesta 3ª feira (8.abr) pela Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados. (Poder 360)

Empresa destaca que a eficiência operacional no Campo de Atlanta continua a aumentar, enquanto os resultados de Papa Terra e Potiguar foram afetados por otimização de atividades. (Valor)



A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, [entre em contato](#).

O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia** é destinado a assinantes. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos do serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.

Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço **infrajornalismo@agenciainfra.com** em seus contatos.

Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

–

Artes:

–

Equipe Agência iNFRA

Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra

Editores: Luana Dorigon, Paula Melissa e Rodrigo Zuquim

Analista: Marisa Wanzeller

Repórteres: Geraldo Campos Jr., Marília Sena e Sheyla Santos

Colaborador: Felipe Moura

Gerente comercial: Joyce Rodrigues

Administração: Paula de Lima

+55 (61) 3247-5841

www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

